

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 4 de maio de 2022 - Ata n.^o 38.

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **38.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**. O Sr. 2.^º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.^o 37, de 3 de maio de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, não tenho expediente a ser lido mas, se me permite, vou encaminhar aqui as decisões que tomamos hoje, até por orientação também na reunião que fizemos com os Diretores de Pessoal, Diretor-Geral, Diretora Administrativa e o Chefe do Serviço Médico da Assembleia Legislativa, em função do aumento do número de casos de pessoas com a Covid na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e em função disso decidimos tomar algumas decisões – em forma de recomendação – considerando que há efetivamente o incremento. É uma média de oito pessoas que diariamente estão positivando e que atuam aqui na

Assembleia Legislativa. É um número bem significativo. Felizmente, graças ao processo de vacinação, a Covid tem se desenvolvido de forma até moderada, ou seja, branda ou moderada, mas não menos problemática. Algumas pessoas acabam passando muito mal. Então, tomamos decisões que são como recomendações que serão enviadas a todos os Parlamentares, a todos os Diretores da Casa, a todos os Chefes de Gabinete das Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, e que basicamente são as seguintes medidas, são medidas simples, mas que têm que ser observadas. Primeiro em relação às pessoas que estão com sintomas, sintomas de gripe ou de Covid, que são muito parecidos, pelo menos no início. Essas pessoas devem comunicar imediatamente à sua chefia imediata, comunica a chefia imediata. Pode fazer o autoteste que é vendido nas farmácias – se não tiver dinheiro, enfim, não quiser fazer o autoteste da farmácia, pode vir aqui à Assembleia Legislativa e fazer o teste em relação à Covid, no serviço médico da Casa. Temos os testes disponíveis que foram fornecidos pela Secretaria Estadual da Saúde. É só procurar o serviço médico aqui na Assembleia. Outro caso que tem acontecido de forma recorrente, Dr.^s Batista e Tercílio. Para quem teve contato com pessoas infectadas com a Covid: é necessário que essas pessoas – e a orientação é que elas continuem vindo trabalhar, mas devem utilizar máscaras de proteção, manter a higiene necessária e o distanciamento, e comunicar, naturalmente: “Olha, tive contato com pessoa com a Covid”. Então, está assintomática, mas ela tem que começar a pensar em relação ao próximo. Um bom exemplo aqui, não está presente, mas citaria o Deputado Marcio Pacheco, que ontem mesmo teve contato com pessoas com Covid e estava de máscara, aqui, justamente para poder cuidar das outras pessoas. Um bom exemplo que o Deputado Marcio Pacheco deu. A chefia: a chefia imediata deverá verificar e acompanhar seu servidor que estiver com algum sintoma e solicitar o uso de máscara. Então, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, funcionário seu com sintoma, por favor, recomende o uso de máscara. É para a proteção de todos os outros que não estão com a Covid. Também pessoas com sintomas, tem pessoas com sintomas, faz o teste e o teste dá negativo. Essa pessoa tem que utilizar máscara, fazer higiene pessoal e observar o distanciamento de outras pessoas. Não é

porque o teste deu negativo no primeiro, que dá para descartar que ele está sem a Covid. Já sabemos que acontece isso. Há outro caso, outra situação: pessoas assintomáticas, mas com familiar positivado para Covid. Esses deverão usar máscara e comunicar suas chefias imediatas. Deverão continuar vindo trabalhar. Tem casos específicos que até o serviço médico até já liberou o servidor, eram pessoas que tinham que cuidar com pessoas já muito idosas, pessoa com dificuldades pessoais. E aí como o contato é muito próximo, o risco é muito alto de fato de a pessoa poder ser infectada. Também adotaremos novamente, na recepção, tanto nos veículos quanto nas pessoas, há indagação para todos. Às vezes parece chato até, mas todos serão enfaticamente perguntados se estão com algum sintoma de gripe ou de Covid. Todos serão perguntados ao ingressar na Alep. Todos nós, inclusive nós Parlamentares certamente também seremos perguntados, mas é melhor responder e dizer: *Olha, tô, não tô* e resolve o problema. Além disso, o seguinte, pedimos também encarecidamente: ambiente onde esteve pessoa infectada com a Covid, ele tem que ser desinfectado, mas se não formos informados, não tem como saber o ambiente. Então, é fundamental a consciência no seguinte: tem uma pessoa no gabinete com Covid ou no departamento, ou em uma sala, ou na liderança, ou lá na casa amarela, casa marrom ou no estacionamento, tem que ser informado o serviço médico da Assembleia Legislativa. O serviço médico, o telefone é o 3350-4199, depois vamos mandar isso tudo por escrito. Só queria dizer que essas recomendações aqui são do bom-senso, foram construídas com o Dr. Douglas, que é o nosso Chefe do Serviço Médico, justamente para poder seguir, neste momento, essas orientações importantes aqui. E se houver alguma outra decisão tomada pela Secretaria Estadual da Saúde, adotaremos essas medidas, mas por hora são essas as medidas que devem ser adotadas. É isso, Presidente. Obrigado, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados!

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Tercílio Turini.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Ouvi com atenção as recomendações que a Mesa está repassando aí para os Deputados, para os servidores, e são boas recomendações, mas talvez fosse um pouco além. Sugestão: acho que, neste momento, não dá para tomar outra medida como exigir ou colocar uma coisa mais dura, mas recomendaria, como recomendação para todos os Deputados, para todos os servidores e para todos que vierem aqui frequentar a Assembleia, que usem máscara. Essa é a recomendação. Ontem, já determinei para o meu gabinete que todo pessoal que trabalha no meu gabinete tem que usar máscara. E quem visitar o meu gabinete, se não estiver de máscara, forneça a máscara para os nossos visitantes, porque o risco... E, como temos aqui, em um período curto, tivemos aí parece que 31 servidores, inclusive Deputado testando positivo com Covid, talvez a recomendação é fazermos uma abrangência maior. Como sugestão, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Deputado Tercílio, avaliamos essa possibilidade. É que achamos assim: como a Assembleia é uma Casa muito polêmica, se adotarmos essa medida agora, vamos ter aqui os contestadores que vão questionar a liberdade de usar a máscara ou coisa que o valha. O fato concreto é esse. Então, vamos esperar as recomendações da Secretaria Estadual da Saúde, mas vou dar um exemplo. Olha aqui: o nosso 2.º Secretário, Deputado Gilson de Souza, ele está usando máscara. Por que ele está usando máscara? Ontem ele informou formalmente à Mesa Diretora que funcionários da 2.ª Secretaria, que não vou declinar os nomes naturalmente aqui, positivaram para Covid e tiveram contato com ele. Ele, prevenindo, para não correr risco para ninguém, está ali utilizando máscara. Estou dando um exemplo de consciência. Ele tomou essas iniciativas justamente pelo bom senso, como o Deputado Tercílio fez também em relação aos seus servidores. Então, entendemos assim: estamos recomendando máscara nesses pontos que entendemos ainda necessários, mas essas medidas, Deputado Tercílio, elas poderão ser reavaliadas imediatamente. E vamos avaliar, inclusive, o pessoal das portarias e o pessoal da recepção de, sim, daí recomendar o uso de máscara para esses servidores, como forma de protegê-los justamente por conta do acesso.

Acho que vamos discutir isso depois também, mas a sua recomendação é muito bem-vinda e entendemos que, provavelmente, na sequência, vai acabar tendo que fazer alguma coisa assim, mas algumas medidas também serão tomadas adicionais.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Aproveitando a discussão. Ontem pedi para V.Ex.^a uma reunião com os líderes dos partidos para discutir esse tema. Penso assim como o Doutor Tercílio: a recomendação por escrito do uso de máscara e a recomendação na portaria e nos meios que façamos contato com a população. Não vamos obrigar e não vamos colocar uma lei, que já foi até votada aqui para que não tenha mais uso obrigatório de máscara, mas em face de um novo contexto, temos que ter essa priorização. Se a pessoa não quer usar, tudo bem, será respeitado ela não usar, mas temos que ter essa recomendação por escrito, Deputado Romanelli, até porque esse quadro pode se agravar e nós, assim como o senhor colocou que é uma Casa polêmica, podemos pagar por não ter emitido uma recomendação necessária para controlar isso. Não podemos ficar aguardando a Secretaria da Saúde. O vírus não espera a proliferação. Se eles não emitirem nada de uma semana, vamos ficar aqui a semana toda sem ter alguma coisa formal da Assembleia. Vou na mesma esteira e vou pedir para que fique anotada essa posição nossa aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença aqui na Casa dos Vereadores de Santa Tereza do Oeste, Sr. Gilson Bresciani, Claudemir, o Nenê, e o Leo Menin. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa! Primeiro orador no Pequeno Expediente, Deputado Dr. Batista.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Doutor Batista; Galo; Alexandre Amaro; e Nelson Luersen.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente Deputado Ademar Traiano, 1.^º Secretário Deputado Luiz Claudio Romanelli, 2.^º Secretário Deputado Gilson de Souza, Mesa Diretiva, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estou ouvindo atentamente aqui os apelos feitos pela Mesa Diretiva, o Deputado Romanelli, o Dr. Tercílio e muitos outros Deputados, o Deputado Arilson querendo também uma reunião. Isso é muito importante, Sr. Presidente, que agora estamos passando uma fase o quê? Agora, vem a fase viral. É a fase viral. E a proteção da fase viral, que todos sabem, é usar máscara. Usar máscara, claro, é a proteção. O vírus está onde? Está mais onde? Na saliva, no vapor, no bafo. Vamos falar um português claro. Agora, quantas pessoas morreram de Covid agora, nos últimos dias? Aumentou a quantidade de mortes, Deputado Soldado Adriano? Não, não aumentou muito. E essas pessoas já foram todas vacinadas? Todos vacinados e os sintomas realmente, Deputado Alexandre Curi, estão sendo sintomas suportáveis e controláveis. Então, não podemos também fazer muitos alardes, assustar a população, meu Deus do céu. Por exemplo, em Maringá, perdemos um garoto de 20 anos e perdemos uma moça, agora, com dengue. Será que esqueceram a dengue também? Quando fizemos um Projeto aqui falando e falamos sobre dengue, a prevenção, o mosquito proliferou. Quantos cânceres têm aumentado do “fique em casa”? As pessoas não saiam, tinham medo de ir ao centro cirúrgico, operar e hoje está com metástase a distância, ou seja, o câncer disseminou. Não existe mais nem condições de operar. Quando se opera, se dá uma quantidade de vida, uma estimativa de vida. Nós que somos cirurgiões ainda praticantes, atuantes – amanhã cedo estarei operando na Santa Casa –, enfrentamos a Covid de frente, não só eu como todos os médicos, toda a enfermagem, todos os fisioterapeutas, todos os profissionais da saúde, e muitas pessoas competentes por trás, com muita luta. A Secretaria de Estado da Saúde, com o Governador Ratinho Junior, fez o maior esforço para que nós não perdessemos tantas vidas. Então, assim, Sr. Presidente, gostaria de convidar toda esta Casa, todos os colegas Deputados, com os seus funcionários. Viu, Galo? Gosto de ver o Galo falar aqui. Todos os funcionários, para que possamos fazer uma palestra de medicina preventiva, segunda-feira, aqui, 11 horas da manhã.

Todos os funcionários da Casa estão avisados, com autorização do Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano. E gostaria que algum outro colega médico viesse participar, já falei com o Dr. Tercílio, Mabel Canto, todos que queiram participar, Deputado Boquinha, que venha realmente para, de repente, falar um pouquinho de medicina preventiva, das prevenções. Não podemos focar só em um vírus. E o H3N2, H3N3, H1N1, aqueles *Haemophilus influenzae* que víamos, ao longo de todos os anos, quando trabalhei no hospital de referência nacional? O hospital de referência nacional é o hospital Emílio Ribas, Deputado Amaro, em São Paulo. Todo o tempo que trabalhei lá, que aprendi muito sobre vírus, sobre doença infectocontagiosa. E quando víamos as pessoas, em um avião ou em um ônibus, de máscara, já saía de perto, pensava que era doença que íamos pegar também. Hoje você sabe que o vírus não brinca, de todas as espécies, seja *Haemophilus influenzae*, seja até o próprio sarampo, seja o coronavírus. Temos que nos proteger. E com isso, até gostei da ideia, Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano, do Deputado Arilson Chiorato, que faça realmente uma reunião, mas faça uma reunião e convide o Secretário de Estado da Saúde, com especialistas da área, os infectologistas que realmente conhecem o assunto e que traga todas as planilhas da Secretaria de Estado da Saúde e mostre como está a situação do Paraná, para que não possamos assustar toda população, porque a patologia, temos que saber, Deputado Gilson, que não está ceifando muitas vidas como fez no passado graças à vacina. Por isso, somos defensores da vacina. Então, com isso, segunda-feira, Deputado Adelino Ribeiro, o senhor que queria pedir um aparte e não consegui um aparte com o senhor, que o senhor sabe que sou um admirador seu, amigo de muito tempo, estivemos em partidos passados, eu e o Adelino Ribeiro, Jonas Guimarães, e ainda disse para o Adelino: *Adelino, iria te pedir um aparte para dizer que você voltou para o lugar de onde nunca deveria ter saído pelo trabalho que o senhor faz em toda a região, que é um trabalho com amor ao ser humano...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Para concluir, Sr. Presidente. Então, segunda-feira, todos os funcionários desta Casa, até o colega médico Douglas já convidei também, todos os colegas Deputados e seus funcionários, vamos falar um pouquinho de medicina preventiva aqui, com a autorização do nosso Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano. Era só, então, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, demais membros da Mesa Diretora, Deputados Gilson e Romanelli, Deputadas e Deputados. É claro que ouvimos aqui o Dr. Turini, que, com o Dr. Batista e com o Departamento Médico da nossa Casa, são as maiores autoridades para falar do assunto. Aí, Romanelli, ficamos felizes com esta decisão de V.Ex.^{as} e vocês colocaram bem aqui que é polêmico, fala que é para fazer “A”, sendo o “A” bom para todo mundo, mas aí os *caras*: *Não, mas o “B” que é melhor*. Então, realmente é preocupante! Mas há um consenso, sim, dessas atitudes que a Mesa adotou e já, imediatamente, quero só comunicar, Dr. Turini, que já sugeri ao meu gabinete todo mundo de máscara, vou começar a usar máscara, porque é bastante preocupante. E quero me somar ao Arilson quando disse em esperar a saúde tomar uma decisão. Estamos em um ano político, todo o ano é político, mas agora é eleição! Então, tomar uma decisão, vão pensar duas vezes, mas a vida é mais importante do que qualquer questão eleitoreira. Somo-me a V.Ex.^a. Dito isso, Sr. Presidente... Hoje não estou vendo aqui o nosso Líder Marcel, pelo menos não sei o que aconteceu com o Marcel! Não sei se está doente, não sei! Não fui avisado. Não sou da Mesa, mas sou da Base do Governador e não sei o que aconteceu com o Marcel! Não disse nada. O que quero colocar aqui, colegas, é que o Governador Ratinho Junior precisa saber que existem algumas dificuldades para conversar com os senhores Secretários. Existem Secretários que tentamos marcar apenas para levar o nosso pleito em nome daqueles que representamos e a resposta é sempre aquela: *Está em reunião; não está; saiu; agora não pode atender; está em viagem; não abriu a agenda; não tem agenda; não tem agenda; não tem agenda; não tem agenda; não*

tem agenda. Mas, na hora de votar, se neguinho aqui da Base for contrário, vira para trás e fala: *O que está acontecendo? Você quer sair da Base?* Não, não é isso, não é sair da Base! Mas o respeito tem que ser mútuo. Aqui, como dizia a minha avó, Michele: *É ida e Frida*. A mão vai, a mão vem; a mão vai, a mão vem. Mas, espera lá, os senhores Secretários do Governo do Estado do Paraná têm que entender uma coisa, que estamos aqui para somar com o Governador e precisamos ser atendidos, sim. Se tenho colegas que conseguem ser atendidos, cumprimento-os. Vossas Excelências então são talvez daquela história que um dia perguntei ao Deputado Traiano, quando assumi aqui: *O que é alto clero e baixo clero?* Pô, não estou em clero nenhum! Se quiser clero, tenho que ir para a igreja! Baixo claro abaixo do baixo clero! Então, a minha preocupação neste momento é que quando você consegue alguma... Quero contar uma coisa para vocês, ganhei 10 *kits* para entregar para uma escola. *Deputado, vai mais.* O que são esses *kits*? *Bola, bola, bola, bola, bola, bola, bola, bola, bola, cone, cone, cone, cone, cone, cone, cone, tapete, tapete, tapete...* Para que é isso? Ainda veio faltando a metade! E ainda falam assim: *Seguinte, fala para o Deputado que tal não sei onde faltou, pegamos dele.* Espera lá! Pega esses cones e... Pois é, então segue a vida! É muito difícil, porque queremos permanecer com a palavra, o meu pai, Arilson, falou assim: *Vou dizer uma coisa para você. Você tem quantos anos? Vai fazer 12 ou 13, está saindo fora da minha casa. Olhe para a minha cara. Tenho palavra. Homem tem que ter palavra e é uma só, não muda.* E aqui tem a prova do Galo, durante todo esse tempo em que permaneci na Base, Tadeu Veneri, posso discordar muitas vezes, mas na hora do pega para capar: Voto “*sim*”. O Hussein sabe disso! Agora, poxa, o Marcel se ausenta e não é capaz de dizer assim: *Turminha, estou saindo.* Não sei se ele está doente, não sei o que aconteceu! Não sei qual é a orientação que vamos seguir! Hoje não tenho aqui o Líder. Daqui a pouco o Tiago chega. Ok! O Tiago é outro departamento. Então, a minha colocação, senhoras e senhores, é mais um desabafo para que os senhores saibam, meus queridos colegas que me orientam, que são Oposição nesta Casa e muitas vezes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Alexandre Curi está tomando o meu tempo, mas é um privilégio lhe conceder um minuto, Deputado.

DEPUTADO GALO (PP): Grato, Sr. Presidente! Até porque o Athletico levou de cinco hoje, então o Romanelli e o Curi estão quietinhos ali.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está todo mundo com a cabeça inchada aqui.

DEPUTADO GALO (PP): Então, para concluir aqui, senhoras e senhores, tirando a brincadeira do futebol, é muito triste, é muito triste porque nos empenhamos, seguramos a bandeira do Governador Ratinho Junior por acreditar no Governador, mas, pô, a secretária... É que é a secretária! Tadinha da secretária, ela não tem culpa, não! Ela tem que dizer assim: *Não tem agenda; não tem agenda...* Cumprimentar todos que estão aqui. Não sou mal educado, é uma realidade. Bom dia a todos! Senhor Presidente, vida longa, Presidente! Presidente, terminei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, nobres Parlamentares. Agradeço pela preocupação de todos ontem. Ontem travei a coluna em casa do nada; vai chegando certa idade e vão ficando meio difícil as coisas! Bom, estou aqui hoje, nobres colegas e tenho a honra de encaminhar um PL que em âmbito estadual é pioneiro aqui no Brasil, o PL 194/2021, que passou ontem aqui em primeira votação, que institui no âmbito do Estado do Paraná o mês *Maio Furta-cor*, dedicado a ações de conscientização e incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Então, todas as mães, que sabem que tem essa dificuldade após o parto, a Mabel, Deputada Mabel, que sempre trabalha muito esta pauta aqui, o Deputado Goura, as mulheres do nosso parlamento. Então, as mulheres aqui estão sendo representadas neste PL. Quero

cumprimentar a Dr.^a Nicole, que está aqui... Dá um *zoom* lá meninas, por favor! Câmera, por gentileza! Câmera. *Oh, câmera!* Ali nas meninas! Estou fazendo igual ao Galo. Ali! A Dr.^a Nicole, a Dr.^a Patrícia, que não está aqui hoje presente, mas esteve comigo, a Taís Araújo, a Izabela Martins Izolani, a Cláudia Pacheco com o seu filho Joaquim Pacheco, a Camile Machado e a Zenilda Carvalho, que estão aqui. Muito obrigado por terem vindo, por estarem aqui conosco no nosso Plenário. O Soldado Adriano também que é um grande incentivador, apoiador das mulheres, obrigado por estar sempre vendo estas pautas. Quero cumprimentar também todas que fazem, acompanho-as ali no *Instagram* e você pode acompanhar também o *Maio Furta-Cor* no *Instagram*, várias ações que essas mulheres têm feito e representado. Importante também salientarmos que a saúde mental materna deve ser promovida não só em maio, mas em todos os dias do ano, porque as mulheres que são mães, infelizmente, estão muito mais expostas à violência doméstica, jornada tripla de trabalho, reduções e disparidades salariais, desemprego, informalidade, sendo que esses são apenas alguns dos inúmeros fatores que impactam diretamente na saúde mental materna. Realmente, sinto-me honrado por trazer esse tema aqui. Por tudo isso, quero pedir aos nobres Parlamentares para esse marco paranaense, para sermos aqui o primeiro Estado a ter essa lei, não só para as mulheres e mães, porque nós, homens, somos também responsáveis por cuidar de cada uma delas, já que só é possível mudar o mundo, cuidando de quem cuida de todo o mundo. Hoje, é a primeira quarta-feira do mês de maio, toda primeira quarta-feira do mês de maio, é o *Dia Mundial da Saúde Mental Materna*. Então, agradeço mais uma vez a todas as mulheres, que aqui estão conosco, hoje, comemorando esse Projeto que teremos a aprovação *Maio Furta-Cor*. Vamos cuidar das mulheres, da saúde mental. Vamos cuidar das mães, porque só é possível mudar o mundo, cuidando de quem cuida de todo mundo. Muito obrigado, Sr.^s Parlamentares. Peço na votação hoje o voto “sim”, por favor, a esse projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Nelson Luersen. Antes da fala do Deputado Nelson, quero registrar aqui também a presença da Doutora Nicole Cristiano e as

integrantes da campanha *Maio Furta-Cor*, exatamente por solicitação do Deputado Alexandre Amaro. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*. O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é uma decisão que recentemente foi tomada, em uma reunião no município de Francisco Beltrão, que contou com a presença de delegados, escrivães, policiais civis, que decidiram e tomaram essa decisão pela falta de pessoal, pela falta de servidores na área de segurança pública. Vejam o que eles tomaram de decisão. Hoje, se fizer uma prisão ou um atendimento pela Polícia Militar lá no município de Capanema, que dá 110 quilômetros de Francisco Beltrão, após as 18 horas, a ocorrência, o flagrante, terá que ser levado para ser lavrado no município de Francisco Beltrão, na sede da Polícia Civil, devido à falta de plantonistas. Até aí entendemos, porque realmente entendemos que existe a falta de servidores, existe a falta de escrivães, de delegados, de plantonistas, nesse horário que compreende das 18 horas até às 8h30 da manhã do dia seguinte, mas vejam os senhores, as nossas cidades já têm dificuldade, já têm problema sério, principalmente nos pequenos municípios, na falta de contingente de policiais militares. O policial militar lá no município de Pérola do Oeste, que tem uma equipe trabalhando, caso façam um flagrante, ele terá se deslocar com o preso, com o detido, até Francisco Beltrão. A viagem leva uma hora e meia para ir, uma hora e meia para voltar, mais o período de espera para ser atendido, provavelmente em menos de cinco horas a equipe policial não retornará ao município, para fazer o atendimento. Então, a Polícia Militar não estará na cidade, se houver alguma nova ocorrência não teremos policiais para fazer o atendimento. Então, espero que possamos resolver essa questão. Inclusive, essa semana que passou solicitei uma audiência com o nosso novo Secretário da Segurança, Doutor Mesquita. Infelizmente, ele estava com a agenda superlotada, não deu para nos atender com alguns Prefeitos, para tratar desse assunto, mas aproveito aqui a tribuna, Sr. Presidente, para pedir apoio dos demais Deputados, para que possamos trabalhar com o Governador, com o Secretário de Segurança Pública, com o Comando da Polícia Militar, com o nosso

Delegado-Chefe, para resolver essa questão. Realmente, fica muito complicado, fica difícil. Entendemos que existe, sim, uma falta de policiais, que daqui a poucos dias serão convocados novos para suprir a demanda da Polícia Militar, mas a cidade não pode ficar descoberta do atendimento de segurança pública, da segurança da Polícia Militar, que é tão importante para o município. Então, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, fica aqui o meu registro no Plenário da Assembleia Legislativa, na tribuna, pedindo ao nosso Secretário da Segurança, com toda a sua equipe, que tome uma medida para resolver essa situação. Não dá para deixar as cidades descobertas de segurança durante um período tão grande. Isso vai ocasionar também, com certeza, aglomeração de atendimentos em Francisco Beltrão, que também acarretará excesso de trabalho. Então, precisamos que tenha um plantão, no mínimo, nas cidades mais próximas, para que possam ser feitos esses flagrantes, caso necessário. Então, fica aqui meu registro, Sr. Presidente. Solicito ao Secretário que discuta essa situação com os delegados, com os escrivães de polícia, com a Polícia Civil, para que possamos resolver esse problema. Tenho certeza de que não é só lá na região sudoeste que vem acontecendo esse problema, em outras regiões do Paraná ocorre o mesmo fato. Então, fica aqui o meu registro, espero que possamos em conjunto, a Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Secretaria da Segurança, resolver esse problema o quanto antes, deixando os policiais de plantão lá no município, lá na cidade, não precisando se deslocar e perder tempo na estrada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson, para concluir.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Para concluir, Sr. Presidente. Em decorrência de um flagrante que será realizado. Também quero, Presidente, Vossa Excelência já fez o registro, agradecer a presença dos Vereadores de Santa Tereza, Leo Menin e de outros que se fazem presentes aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson, a sua fala procede, até porque vários Prefeitos lá da região do sudoeste, não sei se ocorre em outras regiões do Estado também, têm reclamado exatamente. É uma decisão das delegacias, transportam o preso para Francisco Beltrão e a cidade fica descoberta por cinco, seis, sete, oito horas, muitas vezes, do policial. Então, vamos fazer o contato, inclusive, com o Secretário da Segurança sobre o assunto. Pelo PT, no Grande Expediente, Deputado Professor Lemos. No Grande Expediente, exatamente. Registro aqui a presença do Presidente do PCdoB do Paraná, Sr. Elton Braz; do Presidente do Sated/PR e do Sr. Adriano Esturilho, por solicitação do Deputado Goura. Sejam bem-vindos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha a Sessão desta quarta-feira. Cumprimento também aqui todos os nossos visitantes, ao cumprimentar o Elton que é o Presidente do PCdoB do Estado do Paraná. Quero aqui dividir a minha fala em duas partes. Na primeira, quero novamente cobrar o Governo do Estado para que suspenda a terceirização na contratação de funcionários de escolas do Estado do Paraná. Está um verdadeiro caos, falta funcionários e ficou muito mais caro para o Estado do que contratar diretamente os funcionários, como o Estado contratava. Quando o Estado contratava os funcionários, Agente I, Agente II, para trabalhar nas escolas, gastava 18 milhões por mês, com 11.300 funcionários. Agora, está gastando mais de 30 milhões por mês, com 8.000 funcionários. Os funcionários estão ganhando um salário menor. A carga horária dos funcionários também, 35% dos funcionários estão trabalhando só meio período, só 20 horas. Então, houve redução brutal do número de funcionários, sobrecarregou as escolas. Aqueles e aquelas que estão presentes nas escolas estão ficando doentes, porque estão sobrecarregados e não dão conta das tarefas. Ficou mais caro, com menos funcionários, ficou pior para os contratados terceirizados, prejudica a educação do nosso Estado. Então, é inadmissível que o Governo tenha contratado 13

empresas, repassa a elas o dinheiro público e penaliza a educação, penaliza as nossas escolas. Então, vou citar um exemplo, mais um exemplo ruim, é o que aconteceu em Toledo, Toledo, a empresa contratada pelo Governo se chama Outpar, ela já estava atrasando o pagamento dos funcionários há oito meses e no mês de março ela pediu falência, não pagou nenhum funcionário, está devendo o salário do mês, está devendo os direitos trabalhistas, e agora quando os funcionários ligam para ela, ela já não atende mais, desapareceu. A última fala aos funcionários diz: "Cobre o Governo, cobre o Núcleo de Educação de Toledo". Isso é uma vergonha. O Governo passou de todos os limites, desrespeitando o dinheiro público, desrespeitando a população do Paraná, atrapalhando a aprendizagem dos nossos alunos. Mais uma vez quero aqui solicitar ao Governador que ainda tem tempo de corrigir esse erro, suspenda essas 13 empresas, contrate diretamente pelo Estado os funcionários, tem lei que permite isso, era assim até o ano passado. Agora, está jogando dinheiro público fora, empresas que não têm condição nenhuma de atender às escolas, essa agora já abriu falência, outras caminharão no mesmo sentido. Isso já aconteceu no Governo Jaime Lerner. O Jaime Lerner contratou duas empresas de São Paulo, uma de Minas Gerais, foi um caos aqui no Paraná. O Beto Richa está, Beto Richa, desculpa. O Ratinho está trilhando os velhos atalhos. Isso não são novos caminhos, isso não é modernidade, isso não é eficiência, isso é um absurdo e precisa ser corrigido. Na segunda parte da minha fala, quero tratar de um velho problema aqui do Paraná com relação aos funcionários públicos e com relação ao pessoal militar. É um problema antigo, já reiteradamente vezes tratamos desse tema aqui na Assembleia, tem um grupo de servidores civis, tem um grupo de militares que constantemente tem visitado a Assembleia e tem trazido a esta Casa esta reclamação, esta preocupação. Qual é a reclamação? É de que processos administrativos têm cassado aposentadorias de militares, a aposentadoria de servidores civis, e isso é desumano, isso não poderia acontecer, mas está acontecendo no Paraná. Essa legislação é do tempo das trevas e ela está fazendo vítimas no nosso tempo. Temos funcionários públicos que já estavam aposentados que tiveram suas aposentadorias cassadas por conta de processo

administrativo. Tivemos também militares, já aposentados há anos, tiveram as suas aposentadorias cassadas também por conta de processos, inclusive processos administrativos. Isso precisa ter um ponto-final, precisa devolver a esses que foram penalizados, contrariando a Constituição brasileira, devolver a eles a aposentadoria. Por isso, trouxemos a esta Casa este Projeto de Lei, está no sistema. Quero pedir a todos os Deputados e Deputadas aqui da Assembleia para serem autores e autoras comigo deste Projeto, para corrigirmos essa injustiça, injustiça feita com quem trabalhou, com quem contribuiu para a Previdência a vida toda, já está aposentado, já está aposentada, e por conta de um processo administrativo acaba sendo punido com a cassação da aposentadoria, e deixa esta pessoa sem o direito à aposentadoria, sem o direito à Previdência. Isso está errado. Isso não é assim no Brasil inteiro. Já tem várias decisões de vários Tribunais e de Corte Superior também, como o TJ, como o STJ, TJ de vários Estados, e o STJ também do Brasil, que é uma Corte Superior, já tem decisão dizendo que isto fere o art. 92 do Código Penal brasileiro, que não prevê isso. Isso fere a nossa Constituição no art. 5º, XXXVI, porque é o direito adquirido, e também o chamado ato jurídico perfeito, previsto na Constituição brasileira. Isso fere também o art. 1º, lá no inciso III, do art. 1º da Constituição, já no seu 1º artigo é a dignidade da pessoa humana, fere a dignidade da pessoa humana. Isso também fere a Constituição brasileira no art. 6º da nossa Constituição brasileira, que trata a Previdência como um direito social, e também gera o enriquecimento ilícito para o fundo de previdência, no caso do Paraná fundo de previdência do Paraná, a ParanaPrevidência, porque esse militar, esse servidor público, que passou a vida toda contribuindo para o fundo de previdência, já tinha o direito à aposentadoria, tendo a aposentadoria cassada, é enriquecimento ilícito para o fundo de previdência. Portanto, está errado. Estamos aqui apresentando esse Projeto de Lei, quero mais uma vez pedir a todos os Deputados, ficará até segunda-feira aqui no sistema da Assembleia, esperando a assinatura dos Deputados e Deputadas, para que possamos pôr fim a esta ilegalidade, a esta constitucionalidade, a esta maldade feita com o servidor público civil, feito com o pessoal militar do Estado do Paraná. Então, fica aqui mais uma vez o nosso apelo

a todos os Deputados e Deputadas para subscreverem comigo, para serem autores comigo desse Projeto, para resolvemos o problema. Já tivemos reuniões com o Comandante-Geral, já tivemos reuniões com o Secretário da Segurança Pública, já tivemos reuniões com o Chefe da Casa Civil quando lá estivemos acompanhando grupo de militares que foram punidos com esta medida injusta. Então, se algum servidor público, se algum militar deu prejuízo ao erário público, ele precisa pagar, isso sim, precisa devolver, com juro, com correção, precisa devolver, se deu causa para prejuízo ao erário público. Agora, não pode perder o direito de Previdência, de na sua velhice ter a sua aposentadoria porque contribuiu para o Fundo de Previdência. Isso é seguridade. Não pode ser confundido e aí com penalidade e colocar isso como penalidade. Uma penalidade muito severa, é cruel e é só para castigar o servidor ou o militar. Isso está errado, precisa ser corrigido e com esse Projeto pretendemos corrigir essa injustiça feita no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador Deputado Goura, mas antes disso anuncio a presença na Casa do Secretário de Esportes de Uraí, Sr. Lucas Eduardo da Silva; do Secretário de Obras e Serviço de Transportes, o Sr. Tiago Aparecido Gonçalves, por solicitação do Deputado Boca Aberta Junior; do Presidente da Câmara de Dois Vizinhos, Sr. Juarez Alberton; do Vereador Sr. Carlos Mangini; do Diretor da Câmara, Sr. Waldemar da Silveira; do Assessor Legislativo, Sr. Felipe Antunes, por solicitação do Deputado Paulo Litro; e também do Secretário de Esportes de Imbaú, Sr. Wilson Japonês, por solicitação do Deputado Boca Aberta Junior. Sejam bem-vindos. Deputado Goura com a palavra.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Goura (PDT); Arilson Chiorato (Oposição); e Tiago Amaral (Governo).

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V.Ex.^a, a nossa Mesa, aos colegas Parlamentares, aos servidores, senhoras autoridades aqui presentes e todo o povo do Paraná que acompanha essa nossa Sessão da

Assembleia Legislativa. Senhor Presidente, começo com uma pergunta? Cadê o Profice, Deputado Requião? O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná, cujo edital já deveria ter sido lançado e até agora ainda não o foi. O Estado do Paraná, sabemos que não é um dos estados que se destaca nas políticas culturais. É um Estado que poderia e deveria investir muito mais na cultura. Tanto que no ano passado fizemos uma grande campanha, Deputado Gilberto Ribeiro, que era a *Cultura Merece Mais*, que se concretizou em um aporte orçamentário de cerca de R\$ 100 milhões a um orçamento original de R\$ 82 milhões. Esse orçamento previsto para este ano de 2022 de R\$ 182 milhões, Deputado Caputo, tem que ser implantado pelo Governo do Estado, mas o Profice, que é esse programa que faz com que ações culturais sejam efetivadas por todo o Estado do Paraná, está muito carente. Podemos dizer que tem várias falhas na sua gestão. Em 2020 tivemos um atraso novamente na publicação do edital, a previsão era de cerca de 15 milhões e apenas 12 milhões foram efetivados, mas, desses, pelo atraso causado pelo Governador Ratinho Junior, cerca de 2, 3 milhões foram, realmente, captados pelos produtores culturais. É uma vergonha, senhoras e senhores. E, mais uma vez, agora em 2022, corremos o risco de não termos recursos para o Profice, para a produção cultural do Estado do Paraná. Essa é uma demanda importante da classe cultural. E aqui quero saudar o Presidente do Sated, que está acompanhando a nossa Sessão, o Adriano Esturilho, com Elton Barz também do Partido Comunista do Brasil e grande referência na área cultural, estão acompanhando e trouxeram essa pauta para aqui repercutir. Concedo-lhe um aparte, Deputado Caputo.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Quero parabenizá-lo, Deputado Goura. A cultura foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia, a primeira que parou e uma das últimas que está voltando. E os poucos recursos existentes ainda não são utilizados. Isso é difícil de entender e muito mais de aceitar. Só queria, Deputado, porque essa é uma causa que vejo sempre você envolvido. Você sabe o respeito que tenho por você. O Tadeu Veneri, também já participei de audiências remotas, no período difícil da pandemia, discutindo a questão da cultura. Também represento uma parte pequena, mas também desse setor. Queria só, Deputado

Goura, ia comentar isso com o senhor, o senhor teve dificuldades ontem, de fazer uma Audiência Pública com nós três, outros Deputados e Deputadas que queiram se somar a isso. Acho que tem uma série de questões aí que está impactando na cultura do nosso Estado que precisamos discutir isso com muita profundidade, seriedade e tomar providências ou cobrar providências mais enérgicas. Obrigado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Deputado Caputo, creio que é uma excelente sugestão. Nós três podemos articular esta Audiência Pública para dar essa visibilidade para as políticas culturais do Estado. A informação que temos, Sr. Presidente, é que me dirigindo ao Vice-Líder do Governo, Deputado Tiago Amaral, a quem respeito muito, que está na PGE o edital do Profice. Está na PGE aguardando a sua liberação para que possa ser publicizado a todos os agentes culturais. Então, viva a cultura paranaense! Viva o Sated que promove esse trabalho tão importante de capacitação, de fortalecimento dos trabalhadores da cultura. Como disse o Deputado Caputo, foram os setores mais atingidos pela pandemia. Senhor Presidente, também quero destacar aqui a breve, e espero que imediata, sanção do nosso PL n.^º 388, que diz respeito às doulas no Estado do Paraná. Mais uma vez parabenizando aqui a Deputada Mabel, o Deputado Gilson, também as coautoras Deputada Cristina e Deputada Luciana que se somaram nessa força conjunta pela humanização do parto no Estado do Paraná, pelo combate à violência obstétrica e pela valorização das doulas. Então, vamos celebrar, Deputada Mabel, a sanção desse Projeto de Lei o quanto antes. Quero também destacar, Sr. Presidente, a pedido da minha amiga, companheira lá da capital mineira de Belo Horizonte, a Vereadora Duda Salabert, aqui o nosso repúdio à aprovação na calada da noite, na madrugada de dias que nos antecederam, da mineração, Deputado Requião, da Serra do Curral, que é o símbolo da capital mineira, e a Vereadora Duda, futura Deputada Federal, talvez a mais votada de Minas Gerais, ela se empenhou e está se empenhando com vários outros setores da sociedade mineira para que isso não aconteça. Já foi judicializada uma ação e é algo muito grave que vemos, a tentativa de *passar a boiada*, não apenas em Minas Gerais, não apenas no Paraná, em todo o Brasil, na legislação ambiental, provocando gravíssimos danos ao meio ambiente e à

sociedade. Então, aqui fica a nossa solidariedade ao *Movimento Tira o Pé da Minha Serra* em defesa da Serra do Curral, símbolo da capital mineira Belo Horizonte. Também aproveito, Sr. Presidente, para destacar aqui no dia de hoje, em Brasília, será votado o PL que trata do piso nacional da enfermagem, dos enfermeiros e das enfermeiras, Projeto de Lei do Senador Fabiano Contarato. Estive com ele ontem presencialmente parabenizando-o pela iniciativa, Deputado Arilson, o Senador Contarato que se filiou, recentemente, ao partido de Vossa Excelência, que é um dos grandes quadros da nossa república brasileira. O Senador Contarato esteve aqui alguns anos atrás, a nosso pedido, em Foz do Iguaçu, ele era o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, juntos fiscalizamos a questão da reabertura da Estrada do Colono e é uma figura ímpar na nossa política, um homem dotado das mais grandes qualidades e virtudes que a democracia exige. E aqui, Deputado Caputo, frisar, sei que o senhor também já falou em Plenário sobre a importância desse Projeto, que é a valorização de todos os profissionais da enfermagem. Um piso nacional também desses profissionais que estiveram o tempo todo da pandemia na linha de frente combatendo e se expondo a todos os riscos. Então, fica aqui, creio que é um apoio de todos os Parlamentares desta Casa à aprovação deste importantíssimo Projeto de Lei na Câmara dos Deputados...

Deputado Professor Lemos (PT): Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): ... hoje, nesta tarde, em Brasília. Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Goura, pelo pronunciamento e, em especial pelo apoio de V.Ex.^a ao Projeto, a esta alteração na legislação brasileira criando o piso, o salário mínimo para os profissionais de saúde do nosso País. É uma luta de muitos anos. Inclusive, organizamos Audiência Pública aqui na Assembleia, com a sua participação, com a participação do Senador Contarato, Fabiano Contarato que é o autor do Projeto lá no Senado e estamos também trabalhando, mobilizando, assim como V.Ex.^a faz para que seja aprovado este Projeto o quanto antes.

Inclusive lá em casa tenho enfermeira, minha filha é enfermeira e ela está acompanhando, assim como as demais enfermeiras, demais profissionais de saúde do Paraná e do Brasil, a tramitação e a aprovação deste importante Projeto em Brasília. Isso é por demais justo, é justíssimo que tenhamos um salário mínimo para os profissionais de saúde no nosso País. Parabéns.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputado Lemos. Parabéns pela filha enfermeira e como dizia, ontem, em Brasília, já havia grande movimentação dos profissionais da enfermagem, enfermeiros e enfermeiras em apoio a esse Projeto. E hoje, com a votação, temos certeza de que será uma grande vitória no fortalecimento dos direitos dos trabalhadores, em especial aqueles que se dedicam a cuidar da saúde de todos nós. Senhor Presidente, também quero destacar no tempo que me resta, o resultado da nossa Audiência quinta-feira passada, aqui no auditório legislativo, sobre acidentes com cargas perigosas na BR-376, a BR que liga o nosso Estado a Santa Catarina, liga Curitiba a Florianópolis e foi uma importantíssima Audiência, muito produtiva, com representantes do Ibama, do DNIT, da ANTT, de diversos setores da sociedade paranaense, da Prefeitura de Guaratuba e também de Garuva. E, Sr. Presidente, é muito grave: de 2017 a 2020 tivemos 108 acidentes com produtos perigosos, 108 acidentes com produtos perigosos. O mais recente foi o derramamento de ácido sulfúrico no mesmo trecho, Deputados, sempre no mesmo trecho, entre o quilômetro 640 e o quilômetro 679. Já se sabe onde que os acidentes ocorrem e o impacto causado à bacia hidrográfica do Rio São João, o rio que corre ali na região, trazendo prejuízos aos agricultores, trazendo prejuízo à ecologia, trazendo prejuízos econômicos diversos e perdas de vidas. Então, Sr. Presidente, os encaminhamentos da Audiência que fazemos questão de trazer ao Plenário e que também serão objetos de protocolos às autoridades. O primeiro deles: a melhor orientação das transportadoras aos motoristas sobre as cargas transportadas e cuidados, Dr. Batista, com as condições de trabalho; também a melhoria e a intensificação da fiscalização desses caminhões que já sabem, já sabemos que vão transitar ali. É imperativo que haja reforço da fiscalização. Nesse sentido também a sugestão dada pela ANTT foi da criação, em Tijucas do Sul, de um

posto de fiscalização específico sobre as cargas perigosas. Também ações educativas no pedágio, no posto do pedágio, com orientações a todos os condutores e aqui destaco, Sr.^s Deputados, o fortalecimento amplo da defesa civil, em especial a defesa civil de Guaratuba que atua diretamente nesses casos com a criação, Sr. Presidente, de um posto, de uma base de apoio no sentido Norte. Atualmente, quando há um acidente, os setores da defesa civil precisam se deslocar sentido Sul e isso traz muitos problemas. Então, a criação de uma base sentido Norte para que haja o melhor atendimento e mais rápido a essas situações. De forma geral, Sr. Presidente, é um ponto que diz respeito à economia, à ecologia e também à agricultura do nosso Estado. Então, merece todo o apoio e toda atenção. Destaco, Sr. Presidente, que amanhã temos mais uma Audiência Pública, creio que é a 55.^a Audiência que nosso mandato promove nesses três anos e meio na Assembleia Legislativa do Paraná, com o tema do *Maio Amarelo*, com o tema, Sr. Presidente, da Vida dos Ciclistas. O Estado do Paraná, infelizmente já falei em outros momentos, é um Estado que não se destaca positivamente nas políticas ciclovárias. Tivemos, Deputado Tadeu Veneri, em 20 anos, 3.035 ciclistas mortos no Estado do Paraná. Em 20 anos, Deputado Estacho, 3.036 ciclistas morreram no Estado do Paraná – de um número total no Brasil de 27.932. Ou seja, quase 10% dessas mortes ocorreram no Estado do Paraná. Vamos fazer esse debate amanhã com familiares de vítimas, com especialistas, com técnicos de trânsito, com ciclistas, e também com autoridades para discutirmos como podemos mudar esse cenário: por meio de ações efetivas de infraestrutura no trânsito com a criação de ciclovias, de ciclofaixas e também com ações educativas, criando uma cultura de respeito à vida no trânsito. Senhor Presidente, nesse minuto que me resta, quero me somar à voz de indignação que ecoa em todo o Brasil, Deputado Veneri, nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que diz respeito aos ianomâmis, ao povo indígena de Roraima. Vimos estarrecidos, assombrados, a violência que uma criança ianomâmi sofreu recentemente e onde foram os ianomâmis, Deputado Tadeu? Cadê os ianomâmis?... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Toda comunidade onde essa criança foi violentada e morta sumiu, desapareceu, a aldeia foi queimada. E isso, Sr. Presidente, não tenhamos dúvidas, é mais um reflexo de uma política nacional de puro desrespeito às populações indígenas e essa política tem nome. É a política bolsonarista, a política da morte, a política da necropolítica que se instaurou no Brasil, mas que será varrida da nossa república a partir de outubro. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson. Mas antes anuncio a presença dos Vereadores de Luiziana, Sr.^a Geralda Fantine de Souza e Sr. Sérgio Simões, por solicitação do Deputado Jonas Guimarães; do Presidente da Câmara de Luziânia, Sr. Olipa, e dos empresários, Seti Pedroso de Almeida e Adriane Cristina Rodrigues de Almeida, da cidade de Sarandi, por solicitação do Deputado Adriano José. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Bom dia, Presidente Traiano. Na sua figura quero cumprimentar todos aqui presentes e os que nos acompanham pelas redes sociais e pela *TV Assembleia*. Presidente, na segunda-feira fiz uso desta tribuna para falar da importância da decisão da ONU, do Comitê de Direitos Humanos da ONU, sobre o processo que envolvia o Ex-Presidente Lula. Aquele processo fajuto, onde nessa decisão da ONU todo circo criado pela *Lava Jato*, que era uma peça publicitária, veio ao chão, veio à lona, porque o intuito era destruir a imagem do ex-presidente, impedir a sua eleição e de bônus tomar de assalto o Brasil. Junto daquele *show midiático* da época vieram outras distorções: como o incentivo à homofobia, armamento a toda população, as falsas pautas morais e outras mais. Como a falácia do *kit gay*, que era tratado de forma relevante na política e hoje todo mundo sabe que foi uma mentira grosseira. Hoje quero falar um pouquinho de como aquele movimento influenciou outras esferas de governo, inclusive o Governo do Estado. Como a *Lava Jato* influenciou o Governo Junior do

Paraná. Com toda aquela retórica *lavajatista*, que remetia à questão moral no trato da coisa pública, o Governador não quis perder a oportunidade e também quis *jogar para a plateia*. O Governador chegou de cara aprovando um programa chamado *compliance* que, segundo a fala daquele momento e daquela oportunidade, iria revolucionar o Paraná. Vejam alguns dos exemplos que falavam a Lei do *Compliance*: adotar princípios éticos e normas de conduta; cumprimento de normas e da transparência de políticas públicas e seus resultados; fomentar a adoção de boas práticas de gestão pública e estimular o comportamento íntegro. Tem um dito popular que aqui no Brasil tem leis que pegam e leis que não pegam. Ao que parece, a Lei do *Compliance*, Maurício Requião, não pegou. E sabem por que não pegou? Por falta de apoio que não foi. Esta Casa votou de forma unânime na presente Lei do *Compliance*. Não pegou porque a lei parou somente na intenção e a intenção do Governo, naquela época, como ainda é hoje, era simplesmente surfar na onda do *lavajatismo*, criar a pauta moral, pegar o discurso fácil da época, que os políticos são ladrões, que o Estado precisa se proteger da corrupção. A maior evidência disso, que não passava de um blefe, de uma estratégia de *marketing*, é que o próprio Governo Estadual não cumpriu a sua própria Lei do *Compliance*. Onde foram parar os princípios éticos, as normas de conduta, o cumprimento das normas, as transparências de políticas públicas? Onde estão as boas práticas de gestão pública? Estamos pedindo, desde o ano passado, que a Secretaria do Paraná, da Fazenda, divulgue os beneficiários da renúncia fiscal bilionária de R\$ 17 bilhões. Em 13 de dezembro, vários Deputados da Oposição e outros solicitaram, neste Plenário, por escrito, o nome, o CNPJ das empresas beneficiadas, o setor econômico, o valor recebido, número de empregos gerados desde 2019 até 2021. A Secretaria da Fazenda omitiu a informação. A Casa Civil segurou a resposta de janeiro a abril deste ano. A Receita Estadual, pasmem, informou que sequer detém esses dados, ou seja, dá a isenção de 17 bi e não tem os dados para quem foi feito. Em março deste ano, protocolamos outro pedido de informações, desta vez mais completo, para também entender o que acontecia. Nada feito, Deputado Goura, nenhuma resposta. Cadê o raio do *compliance*? Em março, dia 12 de março, protocolamos um PL com o n.º 140, que

normatiza dentro da Lei da Transparência, um rol de informações para acesso desta Casa, inclusive, e de toda população, mas nada disso aconteceu. É direito dos empresários que são “amigos do rei” e de toda população, inclusive os que não são beneficiados, saber quais empresas recebem esse recurso. Esses bilhões sem identificação, sem convênios formalizados, que não são fiscalizados, são um orçamento secreto. Há no Paraná uma bolsa bilionária escondida dentro de um orçamento secreto. E se o Governo está fugindo da responsabilidade, não vamos parar por aqui.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputada Mabel.

Deputada Mabel Canto (PSDB): E enquanto o *compliance* não acontece, os privilégios continuam ficando ocultos. Falamos esta semana sobre os privilégios da Copel, falamos também sobre os privilégios dos jetons que muitos recebem, que não aparecem no Portal da Transparência. E sabe que esta semana estava vendo, Deputado Arilson, uma notícia de que o *McPicanha* não é de picanha, que o *Whopper* lá de costela não é de costela, Deputado Requião Filho. E aí, por analogia, pensei: *Puxa, é que nem a propaganda dos privilégios que o Governador diz que cortou, mas que não cortou, porque estamos vendo aí todos esses privilégios ocultos.* Obrigada, Deputado Arilson!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Agradeço o aparte. Quero fazer um paralelo da injustiça cometida por este Governo e da falta de esta Casa participar do debate. O programa *Bolsa Família*, nacional, que contempla milhares de pessoas, ele tem um valor orçamentário quase igual à renúncia do Paraná, um pouquinho maior, mas lá todo pobre com o CPF que recebe *duzentão* está de acesso divulgado no Portal da Transparência. Cada um que recebe R\$ 200,00 tem o seu nome exposto, mas, aqui no Paraná, quem recebe bilhões de isenção de “bolsa magnata” não pode ser divulgado. Cadê os itens do *compliance*? Por que o pobre tem esse tratamento e o bilionário não? Olha, gente, a Lei do *Compliance* não é a única coisa que determina a transparência. O art. 198 do Código Tributário

Nacional é claro: não é vedada a divulgação de incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica. A resposta vazia da Secretaria da Fazenda nega um argumento de que não pode informar, porque existe vedação. Estamos aqui apresentando leis e projetos para melhorar a transparência. A Assembleia aprovou uma renúncia imensa neste ano, que é um orçamento secreto e depois ainda o Governo vai, faz um acordo com o Confaz, sem submeter a esta Casa e sabermos. Desses 17 bilhões, 5.5 bilhões iriam para as Prefeituras, para os municípios, exatamente 3.7 para o FPM e 1.8 para o Fundeb. Não está indo. Olha, esta Casa não pode mais fugir desse debate. A renúncia fiscal é um termo difícil para todos, uma coisa técnica, e não podemos deixar que essa fumaça toda massacre o povo e não podemos esquecer da importância que é isso: é um terço do orçamento do Paraná. A Assembleia não fiscaliza e, possivelmente, os dados são omitidos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público. A competência sobre a renúncia não é exclusiva do Governador. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou em ações de constitucionalidade na ADI 429 e na 5.929, confirmado que a regra é clara: o poder de exonerar correspondente à derivação também é do mesmo poder de tributar, ou seja, tanto o Legislativo quanto o Executivo tem que tratar desse tema. E aqui estamos calados, estamos com a boca tapada por conta da desculpa esfarrapada do Palácio do Iguaçu. Vamos acionar o Ministério Público do Estado do Paraná, vamos cobrar via Lei de Acesso à Informação. Não vou deixar mais isso barato. Todo dia virei falar, a partir de agora, sobre esse raio da renúncia, do orçamento secreto. Deputado Michele.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Só para que as pessoas que acompanham a Assembleia tenham noção do que são 17 bilhões, o orçamento da Secretaria de Estado da Saúde é de quatro bilhões e pouquinho. Então, essa renúncia equivale a quatro orçamentos de uma política pública que interessa a todos, que interessa à vida dos paranaenses, que é a da saúde.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Importante contribuição, Deputado Michele. Vejam bem: o Paraná, no ano passado, investiu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... 12% na saúde, que deu quase cinco bilhões; investiu 4 bilhões na segurança pública, que são 9; e investiu no setor administrativo 3, que são 12; ou seja, a renúncia fiscal praticada pelo Governador Junior fez com que tenhamos diminuído pela metade quase os serviços públicos do Paraná. Se juntarmos o gasto, tirado o efetivo de pessoas da educação, o dinheiro da educação, das políticas da saúde e da segurança quase dá a renúncia praticada. É um Estado virtual, um Estado da propaganda, da propaganda enganosa. Cadê o Procon do Paraná? Cadê o Procon para notificar o Palácio do Iguaçu? Não dá para admitir essa situação de penumbra. O povo padece. Deputada Mabel, o privilégio continua e a propaganda também, infelizmente.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem*, Presidente, Galo. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado encerrou? Ok? *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): É que acaba de chegar aqui o boletim, atenção, Romanelli, da Secretaria da Saúde, muito preocupante: 501 novos casos de Covid em Curitiba, com duas mortes. Preocupante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhoras e Sr.^s Deputados, enquanto discursos são feitos, resultados são apresentados pelo Governo. Reclamam e falam dos benefícios fiscais e não falam e não apontam em momento algum os recordes de empregos gerados no Estado do Paraná semana após semana, mês após mês, ano após ano. Falaram que renúncia fiscal é um tema difícil. Renúncia fiscal, caros amigos Deputados, nada mais é do que aquilo que você se dispõe a fazer em prol da geração de emprego e geração de renda para o paranaense.

Parece que quando falam em renúncia fiscal estão atacando aqui o setor produtivo, pessoas que acordam pela manhã todos os dias para enfrentar uma das piores e mais penosas estruturas tributárias do mundo. *Ora, é fácil!* Será que é fácil gerar empregos neste País? Será que é fácil? Será que é fácil você ser um País que está enquadrado como um daqueles que têm o maior número de horas necessárias simplesmente da contribuição acessória, ou seja, de entrega de documentação por parte das empresas no mundo? Ou seja, o Brasil é o País hoje que exige a maior estrutura e o maior tempo de dispêndio para que você possa entregar declarações tributárias para o fisco. Ou seja, as piores cargas tributárias e as piores estruturas que temos para a prestação das informações acessórias. Aí parece que quando falam em relação à renúncia, entendem que o empreendedor vive *um mar azul*, tranquilo! Não sei se é típico muitas vezes de algumas ideologias políticas odiar, parece-me, o empreendedor, o pequeno empresário. Infelizmente, às vezes fico com essa impressão. Não gostaria, mas às vezes fico! Agora, o pessoal está falando aí de 16, 17 bilhões de renúncia. Meus amigos Deputados que estão aqui, sou o Relator do Orçamento do Estado do Paraná...

Deputado Tadeu Veneri (PT): O senhor me permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Só um minuto. Na sequência.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Pois não.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Sou o Relator no Estado do Paraná e posso afirmar a vocês que esse valor de benefício fiscal que está anunciado hoje não foi concedido ou aumentado pelo Governo Ratinho Junior. O que está apresentado hoje nada mais é do que tratar com verdade os paranaenses. Os números que sempre foram apresentados não eram números que condiziam com a realidade dos benefícios de fato concedidos. Portanto, vamos simplificar a conversa. Demonstrem que esses benefícios foram aumentados e concedidos pelo Governador Ratinho Junior que retiro o que estou dizendo aqui. Mas, não, os benefícios fiscais são históricos no Estado do Paraná. São históricos! E os que foram concedidos pelo Governador Ratinho Junior foram estratégicos para o

desenvolvimento deste Estado. Então, não vamos confundir aqui a prestação de transparência com de fato aquilo que acontece no Estado do Paraná. Isso é importante deixarmos claro! Antes, concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri. Só peço que seja rápido, meu querido amigo Deputado. Por gentileza!

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado. Serei, Deputado Tiago. É só para contextualizar, Deputado Tiago. O que temos questionado é que o valor, como V.Ex.^a falou, poderiam ser 10, poderiam ser 15, poderiam ser 20 bilhões, eram 111 milhões do Governo Richa, mas o problema não é o valor, o problema é para quem vai. Fizemos e estou aqui com o e-Protocolo, fiz um pedido de informações pela Lei de Acesso à Informação ontem, a Lei n.^º 12.127/2011, para que saibamos o nome e o CNPJ de quem está sendo beneficiado. A hora em que tivermos isso, vamos ter condições inclusive de dizer, Deputado, acho que é a sua intenção também, dizer se essas empresas beneficiadas geram esses empregos que V.Ex.^a está falando e que não estamos colocando em dúvida, mas se são elas as geradoras ou se são outras empresas que não recebem benefícios e são as geradoras. Esse é o pedido, que tenhamos os nomes e os CNPJs. O dia em que tivermos os nomes e os CNPJs, poderemos fazer outro tipo de debate. Obrigado pelo aparte.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede-me um aparte, Deputado Tiago?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Só um minutinho. Só fazer uma consideração aqui, o Secretário René já esteve aqui, já disse a respeito desse assunto, também de certa forma sou da área e posso dizer que existe, sim, o sigilo fiscal e ninguém está acima disso. Um convite que já foi feito e até uma solicitação que fazemos é: deem ao Governo o respaldo judicial para que ele possa abrir essas informações. Conseguindo um respaldo judicial, entrem na Justiça, solicititem isso, dando essa guarda ao Governo do Estado, e tenho certeza de que melhores informações poderão ser prestadas. Até lá o que o Estado está fazendo e fazendo muito bem, diga-se de passagem, é, sim, buscando uma revisão geral de todos os

benefícios, para poder apresentar maior eficiência naquilo que está sendo apresentado. Deputado Guto Silva e depois Deputado Nelson.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado Tiago, essa é a intenção. Essa é a intenção. Vamos entrar inclusive judicialmente para obter esses dados.

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Por favor.

Deputado Guto Silva (PP): O melhor programa social que possa existir é um bom emprego. O Paraná vem batendo recordes de empregos. Quando falamos a palavra benefício, é melhor um benefício para uma indústria se instalar em uma região com IDH baixo, que vai gerar emprego e vai gerar renda, do que um simples benefício de programa social, que tem porta de entrada e não tem porta de saída. Entretanto, toda essa política de industrialização do Estado e atração de investimentos tem funcionado bem no Paraná. Agora, não vejo nenhuma dificuldade, nenhuma dificuldade em poder apresentar os números! Acho que a Sefa, a Secretaria da Fazenda deve, sim, apresentar os números para podermos monitorar se de fato aquele benefício concedido à empresa “A”, “B” ou “C” tem o seu impacto social e o impacto econômico.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Perfeito.

Deputado Guto Silva (PP): Agora, vamos falar em benefícios que geram produção, vamos falar em benefícios que geram desenvolvimentos, vamos falar em benefícios que possam gerar alternativas e o Paraná tem dado um *show* nesse sentido.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Assim como você, sou daqueles, Guto, que se tivermos que buscar uma empresa fora do País ou em qualquer outro Estado para trazer para cá e apresentar uma proposta mais competitiva possível em condições de qualidade na prestação fiscal dessa empresa, vou fazer, porque sei que vai gerar emprego e vai gerar renda. Tenho certeza de que quanto menor for

maior, será o retorno em emprego e em renda para o Estado do Paraná. Tenho essa mesma opinião. Nelson, por favor.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Tiago, quero dizer a V.Ex.^a que infelizmente no Brasil temos uma guerra fiscal entre os estados. A alíquota do ICMS deveria ser uma só em todos os estados da União, para que acabássemos com a guerra fiscal. E se o nosso Governo do Paraná não fizer algum atrativo, ou seja, uma protelação no prazo de pagamento do ICMS, grandes indústrias vão se instalar em outros estados. Vou citar um exemplo, quando veio a Renault para o Paraná. Foi uma discussão muito grande, porque houve uma protelação de pagamento de ICMS que aconteceu lá na frente, esse ICMS retornou ao Estado do Paraná, beneficiando a nossa população, sem contar os milhares de empregos realizados no nosso Estado, que geram a nossa economia. Então, são necessários, infelizmente, devido à guerra fiscal, esses benefícios a determinadas empresas que investem no Estado, geram empregos e geram renda, fazendo com que possamos ter um resultado futuro lá na frente. Não estamos abrindo mão da receita, a receita virá e está vindo em forma de emprego, em forma de geração de impostos, por intermédio desses empregos. Outro exemplo que dou a V.Ex.^a, as cooperativas não pagam Confins ao Governo Federal, e a lei não existe de hoje, existe de muitos e muitos anos, e esse Confins é reinvestido na geração de emprego e renda, investido no agricultor, no fomento à produção, na exportação e assim por diante. Então, infelizmente, devido à guerra fiscal, essas renúncias momentâneas muitas vezes são necessárias para gerar emprego e renda para a nossa gente. Muito obrigado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Perfeito. O meu tempo...

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Tiago, preciso só colocar um...

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Requião, se estivesse com tempo.

Deputado Requião Filho (PT): Não vou acabar como seu tempo, é um dado histórico.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Só preciso encerrar a minha fala. Perdoe-me. Preciso encerrar, porque já estou com o meu tempo estourado aqui. Desculpe-me. Abro a exceção na próxima. Só quero comunicar aos senhores o seguinte, que estamos hoje na condição de Vice-Líder e como Líder do Governo o Deputado Marcel e o nosso papel sem dúvida é fazer também, a Liderança do Governo, a defesa do Governo aqui na Casa, mas é também, meus queridos amigos Deputados da Base... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, um minuto para concluir.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Mas é também, meus queridos amigos Deputados da Base, a nossa obrigação e o nosso dever de sermos leais com cada um dos senhores, defendendo-os e apoiando-os em todas as demandas e necessidades que têm, inclusive a Oposição, até porque somos daqueles que acreditam, fomos eleitos, fomos eleitos porque representamos a nossa sociedade, a nossa população e conhecemos o problema na ponta. Portanto, aquilo que temos a contribuir, com todos os governos, é algo essencial. Não tenho dúvida e vocês também não tenham essa dúvida de que as portas estarão abertas para que todos sejamos ouvidos. Apontamentos foram feitos hoje, já estão sendo trabalhados e faremos, sem dúvida nenhuma, correções. Quero comunicar a todos, na terça-feira da semana que vem, pela manhã, faremos já a nossa primeira reunião da Base do Governo, para tratar e *afinar a viola*, afinal, *toda boa banda e toda boa guitarra* precisam de uma... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Paranaguá, Vereador Fábio Santos, na companhia do Fabrício e do Anderson, por solicitação do Deputado Michele Caputo. Sejam bem-vindos. Também dos representantes do município de Rebouças, Chefe de Gabinete Vicente Cardoso e representante da assessoria de esportes, Dionara Andrade, por solicitação do Deputado Estacho. Sejam bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) (**45 Parlamentares**); Deputado ausente com justificativa: Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno (**1 Parlamentar**); Deputados ausentes sem justificativa: Cristina Silvestri (PSDB), Douglas Fabrício (CDN), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Marcel Micheletto (PL), Soldado Fruet (PROS) e Tião Medeiros (PP) (**8 Parlamentares**).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 184/2022**, do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a proibição da aquisição, estocagem, comercialização, reciclagem, processamento e benefício de materiais sem comprovação de origem, na forma que especifica.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1205/2022, do Deputado Nelson Luersen, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Terezinha Modzinski Fistarol; **Requerimento n.º 1206/2022**, do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Danilo Honorino Bernartt, Ex-Prefeito de Catanduvas; **Requerimentos n.ºs 1207,1208, 1212 e 1213/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de menção honrosa, com votos de louvor e congratulações para: Coronel Chehade Elias Geha, Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná; Major Eliéser Antonio Durante Filho, Subchefe da Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná; aos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná; e ao Sr. Newton Carlos de Campos, Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná; **Requerimento n.º 1209/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a execução de obras de recapeamento asfáltico e reforço na sinalização da PR-525, nos trechos que ligam a BR-369 até Nova América da Colina e de São Francisco da Amoreira até a PR-090, no norte Pioneiro; **Requerimento n.º 1214/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do Detran/Pr, Sr. Wagner Mesquita, requerendo a isenção da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habitação para Idosos; **Requerimentos n.ºs 1215 a 1217, 1219 e 1221 a 1233/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Lismari Aparecida Pereira da Silva;

Maristela Joly de Souza; Neusa Lopes Welter; Onofra Vicente Pedroso; Teresa Camila Vieira; Carolina Martins de Quadros; Doraci Rodrigues; Maria Alves Dorigon; Maria da Luz Antunes; Maria Ione de Camargo; Adayr Ricci Stroberg; Maria Pereira Barbosa; Paulina de Oliveira do Prado; Pedro Ferreira da Silva; Maria Fagundes Domingues; Nadir Garbaczevski Nunes; e Roseli de Almeida.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 1220/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de maio de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1211/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 120/2020, de sua autoria; **Requerimento n.º 1218/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando a retificação do Requerimento n.º 7336/2021, que indica membro titular e suplente para compor a Comissão Especial que analisará a PEC n.º 3/2021, que acrescenta §9.º ao art. 179 da Constituição do Estado, instituindo o ensino da língua espanhola como disciplina obrigatória das escolas públicas no Paraná, para constar o Deputado Paulo Bazana como Membro Titular e o Deputado Rodrigo Estacho como Suplente.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos uma Redação Final. Faremos votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 50/2022 de autoria do Deputado Ademar Traiano, que institui o Dia do Padroeiro do Budismo, a ser comemorado anualmente em 18 de junho. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 927/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina a Usina Hidrelétrica Melissa, localizada no município

de Corbélia, de Usina Hidrelétrica Prefeito Doutor Aurélio Regazzo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, enquanto indicam os Líderes, falei com o Tiago Amaral aqui. Só queria trazer um dado para essa discussão de geração de emprego. Historicamente, no nosso Estado, no Paraná, micro, pequenas e médias empresas respondem por oito em cada 10 empregos e são responsáveis apenas por 6% da arrecadação de ICMS, pequenas, micro e médias. Se colocarmos apenas micro e pequenas empresas, a média de arrecadação fica em uma média de um e 2%, para quem gera sete entre cada 10 empregos no Paraná. Por isso levantamos esses questionamentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda estamos em processo de votação, senhores.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”. Com certeza as grandes empresas também auxiliam muito para gerar novas pequenas empresas em todos os locais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cobra Repórter, Doutor Batista, Francisco Bührer, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus e Plauto Miró. Deputado Francisco Bührer está com dificuldade do voto? Ok, vamos lá. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor**

Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Soldado Fruet e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 927/2019.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 463/2020, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Soldado Fruet, Deputado Gilson de Souza, Deputado Alexandre Amaro e Deputado Coronel Lee, que dispõe sobre a liberdade religiosa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Cobra Repórter, Doutor Batista, Goura, Jonas Guimarães. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcel**

Micheletto, Marcio Nunes, Soldado Fruet e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 463/2020. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputado Luiz Carlos Martins e Marcio Nunes.)

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Marcio Nunes, o meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 477/2020, de autoria da Deputada Maria Victória (anexo Projeto n.^º 524/2020, do Deputado Luiz Claudio Romanelli), que institui o Dia da Proteção de Dados no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registrarmos a presença aqui na Casa de Carlos Willians Jaques Morais.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Oi, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): É Luiz Carlos Martins. No Item anterior votei “sim”, viu?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Pró-Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Carlos Willians Jaques Morais; Cristiane Woytichoski, Diretora da UEPG; Patricia Vosgrau de Freitas, Diretora do Núcleo; Fátima Dionísio, Coordenadora Pedagógica, pela Presidência desta Casa e pelo Deputado, que será no futuro, Dyllardi Alessi; do Vice-Presidente da Câmara de Francisco Beltrão, Sr. Anildo Krug, por solicitação do Deputado Vilmar Reichembach e Paulo Litro, a quem também nos somamos; dos Vereadores de Santa Amélia, André, Rafinha, Evalmir, Dona Mala, por solicitação do Deputado Romanelli. Sejam todos bem-vindos. Vamos votar, Sr.^s Deputados, ainda tem muito Deputado que não votou, senão vou ter que fazer a leitura pelo nome aqui. Votação encerrada. Já que não estão votando, vamos encerrar a votação. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tercílio Turini (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Plauto Miró, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 477/2020.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 194/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB) Que cor que é a fruta cor?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Não é fruta cor, Deputado Michele. É furta-cor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É furta-cor, Deputado.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Ah, achei que era fruta cor. Obrigado. Desculpe, Amaro. Mas vou votar a favor, Amaro. Você sempre faz coisa boa.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ok. Obrigado, Deputado Michele Caputo, você é um amor.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Posso mudar o meu voto, não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como se pronuncia mesmo, Deputado, só para atender.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não. Michele é depois das 10 da noite. Já falei isso aqui várias vezes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah, ok, está entendido.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Agora é antes do meio-dia, é Michele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Michele, né?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Está certo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está bom. Está respondido, Deputado Amaro?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Respondido. Obrigado. Vamos votar, pessoal, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda em aberto os votos dos Deputados Alexandre Curi, o Alexandre Amaro está preocupado com o Michele e não votou ainda, Cobra Repórter, Jacovós, Doutor Batista, Francisco Bührer, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Soldado Adriano José, Requião Filho e Tadeu Veneri. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (20 Deputados).]** Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 194/2021.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 294/2021, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que Institui o Dia do Sociólogo, a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): A Situação também encaminha voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, o senhor me permite, brevemente, *pela ordem*?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Gostaria de parabenizar o Projeto de V.Ex.^a, votei “sim”. É importante a valorização das humanidades, em especial, fazemos mais um apelo aqui para que o Governo do Estado volte, senhor Líder, a garantir mais aulas de Sociologia, de Filosofia, das Artes, como era antigamente. Então, um Projeto muito importante. Parabenizo nosso Presidente pela valorização de todos os profissionais da Sociologia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.^s Deputados, estamos com um quórum muito baixo, precisamos do voto dos Sr.^s Deputados. Deputados Alexandre Curi, Luiz Carlos Martins, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Doutor Batista, Deputado Francisco Bührer, Gilson de Souza, Jonas, Marcio Nunes, Nelson Justus, Plauto Miró, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 294/2021.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 1/2015, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de películas ou selos flutuantes em tanques ou depósitos aéreos de armazenamentos de combustíveis e produtos químicos no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, gostaria de pedir uma atenção dos colegas Deputados, meu amigo, Deputado Romanelli, pelo qual tenho a maior consideração, respeito, admiração pela sua história neste Parlamento. Tenho uma equipe que considero muito competente e essa equipe fez uma avaliação com relação a esse Projeto. Gostaria de fazer um breve relato histórico, até chegar à constitucionalidade dele. Esse Projeto foi apresentado em 3 de fevereiro de 2015, no dia 23 de fevereiro de 2015, a CCJ, na relatoria do Deputado Felipe Francischini, pediu baixa em diligência para a Secretaria do Meio Ambiente, para informar a respeito do Projeto. Passaram-se três anos, exatamente no dia 19/09 de 2018, a Casa Civil devolveu com as respostas contrárias por parte dos órgãos ambientais. No dia 16 de dezembro de 2019, a CCJ voltou a se reunir e votou favorável, entendendo que não gerava despesa para a administração pública, porém, contrariando os pareceres apresentados na diligência. Vou frisar aqui, a Diretoria de Monitoramento e Controle de Poluição, na data de 23 de março, entendeu, salientou que a lei de crimes ambientais, a Lei Federal n.^º 9.605, de 98, regulamentada pelo Decreto Federal n.^º 6.514, de 2008, no art. 54, diz que já é aplicada a quem causar poluição de qualquer natureza. Dessa forma, considerou inviável mais uma lei para abordar o mesmo assunto. A coordenadoria da administração jurídica da Secretaria também, no dia 4 de

setembro de 2018, com base na Lei Federal n.º 9.605, e com base no Decreto Federal n.º 6.514, disse que já é aplicada a quem causar poluição de qualquer natureza e a lei é inviável. Ainda, ainda, o Secretário à época, o Sr. Gerson Schiavinato, na data de 13 de setembro de 2018, também com base no relatório técnico da Diretoria de Monitoramento e Controle de Poluição, a Dimap, bem como da manifestação jurídica da Secretaria, que em nosso entendimento o objeto da proposta já está regulamentado pela lei federal, portanto, tornando o projeto de lei inviável. Analisando a Sedest, aqui acho que está o Deputado Marcio Nunes que foi Secretário até então, a Sedest na gestão do Secretário Marcio Nunes promoveu a atuação e revisão de todas as resoluções normativas, ambientais do Estado, com o objetivo de desburocratizar os procedimentos, facilitar a vida dos empreendedores, sempre em obediência ao meio ambiente e à sustentabilidade. Entendo que novas exigências passaram a ser vigentes e de entendimento obrigatório. Gostaria inclusive de que fosse retirada de pauta essa matéria, e pediria ao Deputado autor, Deputado Romanelli, meu amigo, que retirasse, para que pudéssemos conversar mais a respeito disso com os técnicos, porque a meu ver, no meu entendimento, se nós, nesta Casa, baixamos em diligência, a diligência foi contrária ao Projeto de Lei, não tem fundamento votarmos aqui, entendo que, portanto, seria inócuo. Então, vou pedir mais uma vez a complacência do meu amigo, Deputado Romanelli, que tem em casa a sua doce Fabi, que entende tanto do meio ambiente, para que pudéssemos retirar na forma regimental esse Projeto de pauta. Obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, permita-me.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, para encaminhar.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Permita-me encaminhar, encaminhar aqui da posição de 1.º Secretário mesmo, mas falando como autor do Projeto. Senhor Presidente, data vénia o entendimento do Deputado Luiz

Fernando Guerra, ele efetivamente não mostrou que a lei era inconstitucional, muito pelo contrário, a lei é constitucional e é necessária. Na verdade o inviável também eles dizem que é inócuo, só que na prática, do que estamos tratando? Estamos tratando não é de empreendedor não, estamos tratando são de poderosas empresas do setor de petróleo, os lobistas efetivamente não querem que essa lei seja aprovada, estamos tratando contra o interesse econômico que prevalece nisso aqui. Para os senhores entenderem, as Comissões desta Casa aqui, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Indústria e Comércio, todos elas exararam parecer favorável à lei, porque entendem que é uma lei que protege o meio ambiente e protege a saúde das pessoas. Só quem não quer isso aqui efetivamente são aqueles que têm interesses econômicos, grandes econômicos contrariados. Por quê? Porque o selo flutuante, ou película, como é chamado, ela é adequada em tanques, de operação de tanques de estocagem de combustível, seja gasolina, ou álcool especialmente, ou produtos químicos voláteis. Esse sistema de vedação periférico é especialmente projetado para atender e se adaptar às características de qualquer tipo de tanque e evita acidentes causados por evaporação de produtos inflamáveis. Uma tecnologia que possibilita a redução das perdas por evaporação de fluidos voláteis armazenados em tanques atmosféricos em aproximadamente 90%. Ou seja, na prática economiza inclusive. E além do que é a questão da proteção do meio ambiente, a prevenção da poluição atmosférica. Sabemos que há interesses econômicos contrariados pela aprovação dessa lei, e efetivamente, tanto que as Comissões Temáticas da Casa analisaram e todas elas, por unanimidade, aprovaram. O Deputado Marcio Pacheco foi inclusive relator da lei no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, enfrentou a questão da constitucionalidade da lei, como outros Parlamentares também aqui fizeram os pareceres adequados. Então, peço, respeitosamente, a todas as Deputadas e Deputados que votemos a constitucionalidade da lei. Se o Deputado Guerra, depois do processo legislativo, tiver alguma questão que envolva uma emenda, ou coisa que o valha, vamos analisar efetivamente. Agora, do ponto de vista da

constitucionalidade, a lei é constitucional, legal, e peço o voto “sim” às Sr.^{as} e aos Sr.^s Parlamentares.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, para encaminhar.

DEPUTADO GALO (PP): Não fui informado, mas a favor do Romanelli pelo seguinte, aproveitar aqui, inclusive, que estou com autoridades de Paranaguá aqui, o Presidente Fábio sabe o que vou falar. Senhor Secretário, o senhor é muito feliz neste momento, porque Paranaguá vive um drama Cattalini, que a Rocha agora adquiriu. A Cattalini tem exatamente esse problema que V.Ex.^a acaba de colocar. Sem falar do acidente que tivemos há muitos anos quando daquele navio, o Vicunã, não é Fábio? Mas, Sr. Presidente, quando o senhor fala da evaporação dos poluentes é gravíssimo, Sr. Secretário, é muito grave. Nessa região de Paranaguá é um assombro, quando você adentra Paranaguá, se você andar a região de 2, 3 quilômetros você sente, nas suas narinas, e sente a população que está em volta esse grande problema. Então, cumprimento Vossas Excelências. Sou favorável. O senhor foi muito feliz em nome dessa população que, principalmente, vive nas adjacências desses grandes, magníficos. Grato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Marcio Pacheco pede para encaminhar. Deputado Guerra, *pela ordem*?

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Apenas para reafirmar, pode ter sido muito feliz na colocação do Deputado Galo, o Deputado Romanelli. Não estou a mando de nenhuma concessionária, nada. Estou fazendo o meu papel. Aliás, nem informei se era contrário ou favorável, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Sob nenhuma hipótese eu disse isso, Excelência.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Para que fique claro. Realmente, estou cumprindo o meu papel a legislação federal foi quem disse.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Nunca o veria como lobista. Pelo amor de Deus, nunca insinuei isso aqui, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, para encaminhar.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, de maneira muito breve, apenas para confirmar o que o Deputado Romanelli acaba de descrever. Tive a oportunidade de ser o relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça e acompanhei, atentamente, as observações apresentadas pelo Deputado Luiz Fernando Guerra e me parece que as suas considerações estão muito pautadas nas questões de mérito. E hoje estamos em deliberação nas questões da constitucionalidade. As questões de mérito podem ser, eventualmente, corrigidas por emendas ou pode se promover por um debate em relação ao mérito, mas do ponto de vista constitucional, de fato, o meu entendimento da CCJ está mantido. Não vejo nenhum óbice para que a matéria possa prosperar do ponto de vista constitucional. Portanto, meu voto na constitucionalidade, sem dúvida, será favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Vamos lá. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Em relação à constitucionalidade, vamos encaminhar o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai encaminhar o voto de acordo com a constitucionalidade já votada na CCJ pelo Deputado Tadeu e também por ter, em seus quadros, um grande entendedor sobre a política de meio ambiente que é o Deputado Goura, que também relata o parecer favorável. A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Deputados Boca Aberta e Artagão. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral* (26 Deputados); **Votaram Não:** *Coronel Lee, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra e Mabel Canto* (4 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros* (24 Deputados).] Com 26 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 1/2015.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 165/2021, de autoria dos Deputados Galo e Alexandre Amaro, que proíbe a realização de tatuagens e a colocação de piercings em animais com fins estéticos. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Para encaminhar, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, o detalhe é o seguinte: quero pedir voto “sim” para a Casa, com o Amaro, pelo seguinte detalhe: o *piercing* em animais parece uma coisa tão simples, porém ele é muito prejudicial à saúde animal. Consultados diversos veterinários, o animalzinho quando tem a sua penugem, os seus pelos raspados para implantação de qualquer *piercing*, ele poderá sofrer um AVC, principalmente na região quando as agulhas penetram na cabeça. Isso é uma maldade contra os nossos animais. Portanto, nobres pares, Sr.^{as} Deputadas, pela sensibilidade, em nome do meu amigo Amaro, peço o voto “sim”, Sr. Presidente. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, como encaminha o voto?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Farei encaminhamento voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda estamos com a pendência de um voto para dar quórum.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, só quero até fazer um esclarecimento, se me permite? Falava agora com os dois autores, uma preocupação que surge em relação à necessária, o sistema de rastreio ao animal hoje, principalmente na cadeia da pecuária bovina, os brincos que são colocados. Então, quero tranquilizar todos que isso não sofrerá nenhuma interferência, porque, realmente, seria o *piercing* e a tatuagem específica, conforme está descrito no Projeto. Até se precisar vamos fazer uma alteração, caso seja necessário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (27 Deputados);
Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de

Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (27 Deputados).] Com 27 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 165/2021. Com a Presidência temos o quórum. Está aprovado o Projeto.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 1/2022, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sr.^a Philomena Maria Morello Raffagnin. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Preciso que todos os Deputados presentes votem, por favor, para dar quórum aqui. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (26 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (28 Deputados).] Não temos quórum para definir a votação.

Requerimento Prejudicado por Falta de Quórum.

Requerimento n.º 1210/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 927/2019 e 294/2021, da Ordem do Dia. **Prejudicado por falta de quórum para deliberação.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 9 de maio de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Discussão Única dos Votos n.ºs 2/2020, 18/2020, 3/2021, 4/2021, 5/2021, 6/2021, 7/2021, 1/2022, 2/2022, 3/2022, 4/2022 e 5/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)